# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA N. ZEPPONE S.A.

entre

# N. ZEPPONE S.A.

*como Emissora,*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

e

**NELSON ZEPPONE**

**LEDA SILVIA BULLA ZEPPONE**

**JOÃO GUILHERME ZEPPONE**

**MARIA ANGELICA ZEPPONE SANTOS**

**MATHEUS HENRIQUE ZEPPONE**

*e*

**MAXNORTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**

*como Fiadores*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

28 de outubro de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA N. ZEPPONE S.A.

Pelo presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), as partes:

de um lado:

1. **N. ZEPPONE S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Japurá, Estado do Paraná, na Avenida Industrial, nº 269, Parque Industrial, CEP 87.225-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 00.674.246/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná (“**JUCEPAR**”) sob o Número de Identificação do Registro de Empresas (“**NIRE**”) 41203315379, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”); e

de outro lado,

1. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º Andar, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“**Agente Fiduciário**”);

e, como fiadores,

1. **NELSON ZEPPONE,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.167.724-6, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná (“**SSP/PR**”), e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“**CPF/ME**”) sob nº 480.531.559-87, casado sob o regime de comunhão universal de bens com **Leda Silvia Bulla Zeppone**, abaixo qualificada ,residente e domiciliado no Município de Japurá, Estado do Paraná, na Rua São Januário, nº 66, Centro, CEP 87225-000 (“**Nelson**”);
2. **LEDA SILVIA BULLA ZEPPONE**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.085.340-5, expedida pela SSP/PR, e inscrita no CPF/ME sob nº 556.798.469-34, casada sob o regime de comunhão universal de bens com **Nelson Zeppone**, acima qualificado, residente e domiciliada no Município de Japurá, Estado do Paraná, na Rua São Januário, nº 66, Centro, CEP 87225-000 (“**Leda**”);
3. **JOÃO GUILHERME ZEPPONE**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.040.855-4, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob nº 073.940.169-60, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **Carolina Rodrigues Zeppone**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.243.836-1 SSP/PR, inscrita no CPF/ME sob o nº 070.694.449-66, residente e domiciliado no Município de Japurá, Estado do Paraná, na Estrada Aguapeí, Condomínio Residencial Cândida, Casa 05, Rural – Lote 164, CEP 87225-000 (“**João**”);
4. **MARIA ANGELICA ZEPPONE SANTOS**, brasileira, empresária, assistente administrativo, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.040.879-1, expedida pela SSP/PR, e inscrita no CPF/ME sob nº 078.014.139-38, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com **Deividy Fernando Correa Santos**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.182.804-0 SSP/PR, inscrita no CPF/ME sob o nº 052.713.839-89, residente e domiciliada no Município de Japurá, Estado do Paraná, na Estrada Aguapeí, Condomínio Residencial Cândida, Casa 04, Rural – Lote 164, CEP 87225-000 (“**Maria**”);
5. **MATHEUS HENRIQUE ZEPPONE,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.864.161-2, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob nº 059.287.319-65, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **Ana Claudia Greatti Zeppone**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.292.325-1 SSP/PR, inscrita no CPF/ME sob o nº 070.415.069-75, residente e domiciliado no Município de Japurá, Estado do Paraná, na Estrada Aguapeí, Condomínio Residencial Cândida, Casa 01, Rural – Lote 164, CEP 87225-000 (“**Matheus**” e, em conjunto com o Nelson, a Leda, o João e a Maria, os “**Fiadores PF**”); e
6. **MAXNORTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Japurá, Estado do Paraná, na Avenida Industrial, nº 269, Sala 2, Parque Industrial, CEP 87.225-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.244.805/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEPAR sob o NIRE 41208337290, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social (“**Maxnorte**” e, quando em conjunto com os Fiadores PF, denominados simplesmente de “**Fiadores**”).

A Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores são doravante designados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”.

**RESOLVEM**, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÕES
   1. A presente 1ª (primeira)emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”), a celebração da presente Escritura de Emissão, a constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definida), a constituição da Cessão Fiduciária de Sobejo (conforme abaixo definido), a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo (conforme abaixo definido), a constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definidas), a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido), bem como a celebração dos demais documentos da Emissão e da Oferta, e os eventuais aditamentos aos referidos documentos, dentre outros, são realizados com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 28 de outubro de 2021 (“**AGE Emissora**”), nos termos dos artigos 59, *caput*, e 122, inciso IV, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e em conformidade com o disposto no estatuto social da Emissora.
   2. A outorga da Fiança (conforme abaixo definida) pela Maxnorte, a celebração da presente Escritura de Emissão, bem como dos demais documentos da Emissão e da Oferta dos quais a Maxnorteseja parte, foram aprovadas com base na Reunião de Sócios da Maxnorte, realizada em 28 de outubro de 2021, em conformidade com o disposto no contrato social da Maxnorte (“**ARS Maxnorte**” e, quando em conjunto com a “**AGE Emissora**”, denominadas de “**Aprovações Societárias**”).
2. REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos abaixo indicados.

* 1. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
     1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor, e será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), nos termos do inciso I do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do “*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*”, em até 15 (quinze) dias contados do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM.
  2. **Arquivamento das Aprovações Societárias nas Juntas Comerciais Competentes e Publicação da AGE Emissora nos Jornais de Publicação da Emissora**
     1. A ata da AGE Emissora será protocolada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura da ata da AGE, e será arquivada na JUCEPAR no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da assinatura da ata da AGE e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná (“**DOEPR**”) e no jornal “Tribuna de Cianorte” (em conjunto com o DOEPR, os “**Jornais de Publicação da Emissora**”), nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.
     2. A ata da ARS Maxnorte será protocolada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua realização e será arquivada na JUCEPAR no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da assinatura da ata, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCEPAR, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado para mais 05 (cinco) Dias Úteis.
     3. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro, 1 (uma) via original ou cópia eletrônica (PDF) contendo a chancela digital, conforme aplicável, das Aprovações Societárias, na JUCEPAR.
     4. Caso, quando da realização do protocolo para arquivamento das Aprovações Societárias, a JUCEPAR estiver com as operações suspensas para fins de recebimento do protocolo (seja de forma online ou presencial) e/ou não esteja prestando os serviços de forma regular, exclusivamente em decorrência da pandemia da COVID-19, as Aprovações Societárias serão **(i)** protocoladas para arquivamento no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que em que a JUCEPAR restabelecer a prestação regular de seus serviços; e **(ii)** arquivadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCEPAR restabelecer a prestação regular dos seus serviços, nos termos do artigo 6°, inciso II, da Lei n° 14.030, de 28 de julho de 2020 (“**Lei 14.030**”), observado que, em caso de formulação de exigências pela respectiva junta comercial, mediante a comprovação pela Emissora e/ou pela Maxnorte, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a respectiva junta comercial levar para conceder o registro, sem que seja considerado vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  3. **Inscrição desta Escritura de Emissão** **e Seus Eventuais Aditamentos na Junta Comercial Competente** 
     1. A presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, serão inscritos, ou averbados, conforme o caso, na JUCEPAR, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
     2. A Emissora deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da presente data, ou da data de celebração de seus eventuais aditamentos, (I) protocolar a presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, para inscrição, ou averbação, conforme o caso, na JUCEPAR e (II) fazer com que a presente Escritura de Emissão de Debêntures, e seus eventuais aditamentos, sejam registrados ou averbados, conforme o caso, na JUCEPAR em até 20 (vinte) dias contados da celebração da Escritura de Emissão, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCEPAR, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado para mais 05 (cinco) Dias Úteis.
     3. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro, 1 (uma) via original ou cópia eletrônica (PDF) contendo a chancela digital, conforme aplicável, desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos ou averbados, conforme o caso, na JUCEPAR.
     4. Caso, quando da realização do protocolo para inscrição desta Escritura de Emissão, a JUCEPAR estiver com as operações suspensas para fins de recebimento do protocolo (seja de forma online ou presencial) e/ou não esteja prestando os serviços de forma regular, exclusivamente em decorrência da pandemia da COVID-19, esta Escritura de Emissão será **(i)** protocolada para inscrição no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a JUCEPAR restabelecer a prestação regular de seus serviços; e **(ii)** inscrita no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCEPAR restabelecer a prestação regular dos seus serviços, nos termos do artigo 6°, inciso II, da Lei 14.030, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCEPAR, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a JUCEPAR levar para conceder o registro, sem que seja considerado vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  4. **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
     1. As Debêntures serão depositadas para:
        1. distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“**MDA**”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“**B3**”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
        2. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
     2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1(ii) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidor Profissional (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, ressalvado o lote de Debêntures objeto da garantia firme exercida pelos Coordenadores, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, e no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
     3. Para os fins desta Escritura de Emissão e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se **(i)** por “**Investidores Profissionais**”, aqueles investidores referidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor (“**Resolução CVM 30**”); e **(ii)** **Investidores Qualificados**”, aqueles investidores referidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30.
  5. **Constituição da Fiança**
     1. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, serão registrados ou averbados, conforme o caso, pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Cianorte, Estado do Paraná, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Cartórios de RTD**”), devendo a Emissora: **(i)** levar a registro ou averbação, conforme o caso, a presente Escritura de Emissão de Debêntures, e seus eventuais aditamentos, nos Cartórios de RTD em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua respectiva celebração; **(ii)** fazer com que a presente Escritura de Emissão de Debêntures, e seus eventuais aditamentos, sejam registrados ou averbados, conforme o caso, nos Cartórios de RTD em até 20 (vinte) dias contados da celebração da Escritura de Emissão, nos termos dos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme em vigor , observado que, em caso de formulação de exigências pelos Cartórios de RTD, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado para mais 05 (cinco) Dias Úteis (“**Lei de Registros Públicos**”); e **(iii)** enviar 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão de Debêntures, e de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos registros ou averbações, conforme o caso, nos Cartórios de RTD.
  6. **Constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**
     1. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária, e averbação de qualquer aditamento subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, observados os prazos e procedimentos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
  7. **Constituição da Cessão Fiduciária de Sobejo**
     1. A Cessão Fiduciária de Sobejo será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo, e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo, e averbação de qualquer aditamento subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, observados os prazos e procedimentos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo.
  8. **Constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel**
     1. Sem prejuízo das demais formalidades previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, a Alienação Fiduciária de Imóvel será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, e será constituída mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, e averbação de qualquer aditamento subsequente, no competente Ofício de Registro de Imóveis, nos termos do dos artigos 22 e seguintes da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor, e do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos e procedimentos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel.

1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA
   1. A Emissora tem por objeto social, nos termos do artigo 3º do seu estatuto social: **(i)** indústria, distribuição, importação e exportação, comércio atacadista e varejista, de frutas in naturas, sucos naturais, polpas de frutas e gêneros alimentícios; fabricação de conservas de frutas; **(ii)** fabricação de conservas de legumes e vegetais, exceto palmito; **(iii)** fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; **(iv)** fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, excetos concentrados; **(v)** comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos e legumes; **(vi)** comércio atacadista de produtos alimentícios; **(vii)** comércio atacadista de conservas de frutas, legumes e vegetais, exceto palmito; **(viii)** comércio atacadista de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; **(ix)** comércio atacadista de frutas, hortaliças e legumes, excetos concentrados; **(x)** comércio varejista de hortifrutigranjeiros; **(xi)** comércio varejista de produtos alimentícios; **(xii)** comércio varejista de conservas de frutas, legumes e vegetais, exceto palmito; **(xiii)** comércio varejista de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; **(xiv)** comércio varejista de sucos de frutas, hortaliças e legumes, excetos concentrados; **(xv)** transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; **(xvi)** fabricação de gelados; **(xvii)** fabricação de sorvetes, gelados comestíveis, açaí e creme de frutas; **(xviii)** fabricação de picolés; **(xix)** fabricação de coberturas geladas para sorvetes; **(xx)** comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; **(xxi)** partes e peças; e **(xxii)** promoção de vendas.
2. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
   1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados pela Emissora para reforço de seu capital de giro e/ou readequação do fluxo da dívida de curto prazo.
   2. A destinação dos recursos das Debêntures deverá ser comprovada pela Emissora até a Data de Vencimento ou até a data de eventual resgate antecipado das Debêntures, mediante o envio de declaração ao Agente Fiduciário, sem prejuízo do envio dos documentos que comprovem referida destinação.
3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES
   1. **Data de Emissão** 
      1. Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será 28 de outubro de 2021 (“**Data de Emissão**”).
   2. **Data de Início de Rentabilidade**
      1. Para todos os fins de direito e efeitos, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização das Debêntures (“**Data de Início de Rentabilidade**”)
   3. **Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures**
      1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome dos titulares de Debêntures (“**Debenturista**”), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
   4. **Conversibilidade** 
      1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
   5. **Espécie** 
      1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.
   6. **Prazo e Data de Vencimento**
      1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de outubro de 2025 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida) para cancelamento da totalidade das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
   7. **Valor Nominal Unitário** 
      1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
   8. **Quantidade de Debêntures** 
      1. Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures.
   9. **Preço de Subscrição e forma de integralização**
      1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (“**Data de Integralização**”), pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da B3.
      2. Caso ocorra integralização das Debêntures após a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida), o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização.
      3. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “**Primeira** **Data de Integralização**” a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures.
   10. **Número da Emissão**
       1. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
   11. **Valor Total da Emissão**
       1. O valor total da Emissão é de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“**Valor Total da Emissão**”).
   12. **Número de Séries**
       1. A Emissão será realizada em série única.
   13. **Agente de Liquidação e Escriturador**
       1. A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação e dos serviços de escrituração das Debêntures será a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0001-91 (“**Agente de Liquidação**” e “**Escriturador**”, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).
   14. **Prazo de Subscrição e Integralização**
       1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º, 8º e 8º-A da Instrução CVM 476.
   15. **Atualização Monetária das Debêntures** 
       1. O Valor Nominal Unitário da Debêntures não será atualizado monetariamente
   16. **Remuneração**
       1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“**Taxa DI**”), acrescida da respectiva Sobretaxa de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis(“**Remuneração**”).
       2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ou na data de realização de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x (Fator Juros – 1)

Onde:

***J*** = valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

***VNe*** = valor nominal unitário de emissão ou saldo do valor nominal unitário da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

***FatorJuros*** = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. Apurado da seguinte forma:



Onde:

**FatorDI** = produtório das taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

**nDI** =número total de taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro; e

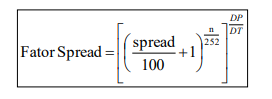
**TDIk** =Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Onde:

**DIk** = taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

**Fator *Spread*** = sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

***Spread*** = 3,7500.

***n****=**número de dias úteis entre a data do próximo período de capitalização e a data o evento anterior, sendo “n” um número inteiro*.

***DT=*** número de dias úteis entre o último e o próximo período de capitalização, sendo “DT” um número inteiro.

**DP** = número de dias úteis entre o último período de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

* + 1. Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
    2. Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
    3. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
    4. A taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
    5. Observado o disposto no parágrafo abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da taxa DI, será aplicada a última taxa DI disponível até o momento para cálculo da remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o titular das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa DI que seria aplicável.
    6. Caso a taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da taxa DI para cálculo da remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 11 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de remuneração. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em primeira ou em segunda convocação, ou não haja quórum, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última taxa DI divulgada oficialmente.
    7. O período de capitalização da remuneração (“**Período de Capitalização**”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
    8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.
  1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado, resgate antecipado, amortização extraordinária das Debêntures ou Aquisição Facultativa, nos termos desta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de novembro de 2021 e o último na Data de Vencimento, conforme o cronograma descrito abaixo (“**Data de Pagamento da Remuneração**”).
     2. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração previsto nesta Escritura de Emissão.
  2. **Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado e resgate antecipado ou amortização extraordinária das Debêntures ou Aquisição Facultativa, nos termos desta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado, em parcelas mensais e sucessivas, no dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de maio de 2022 e o último na Data de Vencimento, nos percentuais e datas indicados na tabela abaixo:

| **Parcela** | **Data de Amortização das Debêntures** | **Percentual** **do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado** |
| --- | --- | --- |
| 1ª | 28 de maio de 2022 | 2,3810% |
| 2ª | 28 de junho de 2022 | 2,4390% |
| 3ª | 28 de julho de 2022 | 2,5000% |
| 4ª | 28 de agosto de 2022 | 2,5641% |
| 5ª | 28 de setembro de 2022 | 2,6316% |
| 6ª | 28 de outubro de 2022 | 2,7027% |
| 7ª | 28 de novembro de 2022 | 2,7778% |
| 8ª | 28 de dezembro de 2022 | 2,8571% |
| 9ª | 28 de janeiro de 2023 | 2,9412% |
| 10ª | 28 de fevereiro de 2023 | 3,0303% |
| 11ª | 28 de março de 2023 | 3,1250% |
| 12ª | 28 de abril de 2023 | 3,2258% |
| 13ª | 28 de maio de 2023 | 3,3333% |
| 14ª | 28 de junho de 2023 | 3,4483% |
| 15ª | 28 de julho de 2023 | 3,5714% |
| 16ª | 28 de agosto de 2023 | 3,7037% |
| 17ª | 28 de setembro de 2023 | 3,8462% |
| 18ª | 28 de outubro de 2023 | 4,0000% |
| 19ª | 28 de novembro de 2023 | 4,1667% |
| 20ª | 28 de dezembro de 2023 | 4,3478% |
| 21ª | 28 de janeiro de 2024 | 4,5455% |
| 22ª | 28 de fevereiro de 2024 | 4,7619% |
| 23ª | 28 de março de 2024 | 5,0000% |
| 24ª | 28 de abril de 2024 | 5,2632% |
| 25ª | 28 de maio de 2024 | 5,5556% |
| 26ª | 28 de junho de 2024 | 5,8824% |
| 27ª | 28 de julho de 2024 | 6,2500% |
| 28ª | 28 de agosto de 2024 | 6,6667% |
| 29ª | 28 de setembro de 2024 | 7,1429% |
| 30ª | 28 de outubro de 2024 | 7,6923% |
| 31ª | 28 de novembro de 2024 | 8,3333% |
| 32ª | 28 de dezembro de 2024 | 9,0909% |
| 33ª | 28 de janeiro de 2025 | 10,0000% |
| 34ª | 28 de fevereiro de 2025 | 11,1111% |
| 35ª | 28 de março de 2025 | 12,5000% |
| 36ª | 28 de abril de 2025 | 14,2857% |
| 37ª | 28 de maio de 2025 | 16,6667% |
| 38ª | 28 de junho de 2025 | 20,0000% |
| 39ª | 28 de julho de 2025 | 25,0000% |
| 40ª | 28 de agosto de 2025 | 33,3333% |
| 41ª | 28 de setembro de 2025 | 50,0000% |
| 42ª | Data de Vencimento | 100,0000% |

* 1. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados: **(i)** pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores de Oferta de Resgate Antecipado, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, se houver, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e/ou **(ii)** pela Emissora, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emissora, que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso.
  2. **Prorrogação dos Prazos** 
     1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
     2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “**Dia(s) Útil(eis)**” com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “**Dia Útil**”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.
  3. **Encargos Moratórios**
     1. Em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, além da Remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos: **(i)** à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** aos juros de mora não compensatórios, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“**Encargos Moratórios**”).
  4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora na forma da Cláusula 5.24 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento de Encargos Moratórios do período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.
  5. **Repactuação Programada**
     1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
  6. **Publicidade**
     1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser realizadas: **(i)** na forma de “Aviso aos Debenturistas”, publicado nos Jornais de Publicação da Emissora, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado; ou, alternativamente, **(ii)** envio de comunicação individual ao Debenturista, por escrito ou correio eletrônico, por meio de comunicação enviada diretamente aos Debenturistas, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou mensagem eletrônica. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), e **(iii)** comunicação ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer um desses atos ou decisões.
     2. A Emissora poderá alterar os jornais indicados acima por outros jornais de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
  7. **Imunidade de Debenturistas**
     1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
     2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.25.1 e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou ainda tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação ou pela Emissora.
     3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.25.2, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Agente de Liquidação por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.
  8. **Classificação de risco**
     1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da oferta para atribuir rating às Debêntures
  9. **Resgate Antecipado Facultativo Total** 
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“**Resgate Antecipado Facultativo Total**”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 2,0000% (dois inteiros por cento) ao ano*, pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures incidente sobre o item (a) acrescido do item (b).
     2. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Amortização das Debêntures e/ou uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, o prêmio previsto no item (c) da cláusula 5.27.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.
     3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da cláusula Cláusula 5.24 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o resgate das Debêntures (“**Comunicação de Resgate**”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data do resgate; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na cláusula 5.16.2, (ii) de prêmio de resgate; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate.
     4. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
  10. **Amortização Extraordinária Facultativa** 
      1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“**Amortização Extraordinária Parcial**”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial, e (c) de prêmio equivalente a 2,0000% (dois inteiros por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial e a Data de Vencimento das Debêntures incidente sobre o item (a) acrescido do item (b).
      2. Caso a data da Amortização Extraordinária Parcial coincida com uma Data de Amortização das Debêntures e/ou pagamento de Remuneração das Debêntures, o prêmio previsto no item (c) da cláusula 5.28.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do valor nominal unitário após o referido pagamento.
      3. A Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.24 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva amortização extraordinária parcial das debêntures (“**Comunicação de Resgate**”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data da amortização extraordinária parcial; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na cláusula 5.16.2, (ii) de prêmio de amortização extraordinária; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Parcial.
      4. A Amortização Extraordinária Parcial para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Parcial será realizada por meio do Banco Liquidante.
      5. A realização da Amortização Extraordinária Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso.
      6. **Oferta de Resgate Antecipado**
      7. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“**Oferta de Resgate Antecipado**”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme previsto nas cláusulas abaixo.
      8. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.24 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”) com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: **(i)** se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures e, no caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, indicar a quantidade de Debêntures objeto da referida Oferta; **(ii)** o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo e a forma de pagamento; **(iii)** forma de manifestação, à Emissora, bem como o prazo de manifestação pelo Debenturista sobre a respectiva adesão à Oferta de Resgate Antecipado; **(iv)** a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e **(v)** demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.
      9. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida Oferta de Resgate Antecipado deverão comunicar à Emissora no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da oferta de resgate antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.
      10. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
      11. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido **(i)** da Remuneração e demais encargos devidos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e **(ii)** se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
      12. Caso a Emissora opte pela realização da Oferta de Resgate Antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a referida Oferta foi originalmente direcionada, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, (a) resgatar a totalidade das Debêntures, e neste caso deverá obter o aceite dos demais Debenturistas; ou (b) cancelar a Oferta de Resgate Antecipado.
      13. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
      14. O Resgate Antecipado parcial ou total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados pela B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.
      15. A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de Resgate Antecipado parcial ou total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.
  11. **Aquisição Facultativa**
      1. As Debêntures poderão, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 13 da Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020 (“**Instrução CVM 620**”): **(i)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou **(ii)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, sendo que a Emissora deverá, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.24.1 acima, observado o disposto no artigo 9º e seguintes da Instrução CVM 620. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão **(i)** ser canceladas observado o disposto na regulamentação aplicável; **(ii)** permanecer em tesouraria; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures (“**Aquisição Facultativa**”).
  12. **Direito ao Recebimento dos Pagamentos**
      1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  13. **Direito de Preferência**
      1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelo atual acionista da Emissora.

1. GARANTIAS
   1. **Garantias Reais**
      1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas: **(i)** as obrigações relativas ao fiel, pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos eventuais valores de Oferta de Resgate Antecipado, incluindo os respectivos prêmios, se houver, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures e às Garantias (conforme abaixo definidas), se e quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias; **(ii)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão e nas Garantias; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (“**Obrigações Garantidas**”), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (“**Garantias Reais**”): 
         1. cessão fiduciária, outorgada pela Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**”), nos termos e condições estabelecidos no “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avenças*”, denominando “**Contrato de Cessão Fiduciária**”:

**(a)** da totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros, provenientes de faturas e duplicatas, decorrentes, relacionados e/ou emergentes de venda mercantil, à vista e/ou a prazo, pela Emissora, existentes e futuras, conforme identificadas em relatório de descrição de duplicatas cedidas fiduciariamente e vinculadas à Conta Vinculada Recebíveis (conforme abaixo definido)**,** incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias, considerando o trânsito de recursos mensais pela Conta Vinculada Recebíveis (“**Recebíveis**”);

**(b)** todos e quaisquer recursos, atuais e/ou futuros, provenientes dos valores recebidos ou depositados (ou a serem recebidos ou depositados), oriundos da liquidação financeira dos Recebíveis, na conta corrente de titularidade da Emissora (“**Conta Vinculada Recebíveis**”) no Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco arrecadador e administrador de tal conta vinculada (“**Banco Depositário**”), independentemente de onde se encontrarem tais recursos, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária;

**(c)** de todos e quaisquer recursos, atuais e/ou futuros, provenientes dos valores recebidos ou depositados (ou a serem recebidos ou depositados), seja a que título for, na conta corrente de titularidade da Emissora (“**Conta Vinculada Depósito**” e, em conjunto com a Conta Vinculada Recebíveis, “**Contas Vinculadas**”) no Banco Depositário, independentemente de onde se encontrarem tais recursos, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária;

**(d)** da totalidade dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) realizados com os recursos creditados e retidos nas Contas Vinculadas (“**Créditos de Investimentos Permitidos**” e, em conjunto com os Recebíveis, e os Direitos das Contas Vinculadas, os “**Direitos Creditórios**”), incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem distribuídos à Emissora, conforme aplicável, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária*.*

A somatória dos valores ***(1)*** a serem depositados oriundos dos pagamentos dos Recebíveis na Conta Vinculada Recebíveis; ***(2)*** mantidos na Conta Vinculada Depósito; e ***(3)*** mantidos nas Contas Vinculadas decorrentes dos créditos de Investimentos Permitidos na Conta Vinculada Recebíveis e dos créditos de Investimentos Permitidos na Conta Vinculada Depósito deverá ser equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis.

* + - 1. alienação fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, dos imóveis de propriedade da Emissora, descritos nas matrículas de nº 22.804, 23.242, 34.859, 35.959, 39.425, 39.890, 39.909 e 40.176 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Cianorte/PR (“**Imóvel**”), conforme os termos e condições previstos no respectivo “*Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“**Alienação Fiduciária de Imóvel**” e “**Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel**”, respectivamente). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Imóvel seguem descritos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel; e
      2. cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, do fluxo dos recebíveis futuros, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive fiscais, que eventualmente vierem a existir em razão da excussão da Alienação Fiduciária de Imóvel, por qualquer motivo, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo, caso o valor obtido com a excussão da Alienação Fiduciária de Imóvel venha a sobejar o valor da parcela garantida estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, quando aplicáveis, tais como encargos moratórios, atualização monetária, multas, penalidades, indenizações, e demais encargos contratuais e legais, bem como quaisquer direitos, preferências, ações e/ou prerrogativas relacionados a tais recebíveis (“**Cessão Fiduciária de Sobejo**”), conforme os termos e condições previstos no respectivo “*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Produto Remanescente da Excussão de Imóvel e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“**Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo**”, respectivamente). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Sobejo seguem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária de Sobejo.
  1. **Garantia Fidejussória**
     1. Adicionalmente às Garantias Reais, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), os Fiadores prestam fiança, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“**Fiança**” e, quando referida em conjunto com as Garantias Reais, as “**Garantias**”), nos termos descritos a seguir.
     2. Os Fiadores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidores e principais pagadores de todos os valores devidos pela Emissora no âmbito da presente Emissão, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora pelas Obrigações Garantidas, conforme artigo 275 do Código Civil, até a liquidação integral das Debêntures, e firmam esta Escritura de Emissão declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.
     3. As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores, informando a falta de pagamento, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora, inclusive quando da decretação de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão. Tal notificação escrita deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento aqui previsto deverá ser realizado pelos Fiadores fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.24 acima.
     4. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836,837, 838, 839 e 844, todos do Código Civil, e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor (“**Código de Processo Civil**”).
     5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, desde que tais obrigações estejam em conformidade aos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, em razão de: **(i)** qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; **(ii)** qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e **(iii)** qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência
     6. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada. Os Fiadores, desde já, concordam e se obrigam a: **(i)** somente após a integral quitação das Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Obrigações Garantidas; e **(ii)** caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão, antes da integral quitação das Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas.
     7. A Fiança entra em vigor na data de celebração da presente Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas nos termos aqui previstos e em conformidade com o(s) artigo(s) 818 e seguintes do Código Civil.
     8. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer Obrigações Garantidas.
     9. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
  2. Não há preferência quanto à execução da Fiança ou das Garantias Reais. A Fiança e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelas Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias.

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO
   1. **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante do Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenadores**”), sendo um deles o coordenador líder da Oferta (“**Coordenador Líder**”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão da N. Zeppone S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“**Contrato de Distribuição**”).
      1. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476. Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Cláusula, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476.
      2. O prazo máximo de colocação das Debêntures será estabelecido no Contrato de Distribuição, observadas as disposições dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476 (“**Prazo de Colocação**”).
      3. Nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“**Resolução CVM 30**”), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:
         1. “**Investidores Profissionais**”: **(i)**instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; **(ii)**companhias seguradoras e sociedades de capitalização; **(iii)**entidades abertas e fechadas de previdência complementar; **(iv)**pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; **(v)**fundos de investimento; **(vi)**clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; **(vii)**agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; ou **(viii)**investidores não residentes; e
         2. “**Investidores Qualificados**”: **(i)**Investidores Profissionais; **(ii)**pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo B da Resolução CVM 30; **(iii)** as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; ou **(iv)** clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.
      4. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
      5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.
      6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, dentre outras declarações, de que **(i)** a Emissão não foi registrada perante a CVM; **(ii)** a Emissão será registrada perante a ANBIMA exclusivamente conforme o disposto na Cláusula 2.1.1acima; **(iii)** as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; **(iv)** concorda expressamente com todos os termos e condições das Debêntures descritos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita; e **(v)** as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita.
      7. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
      8. A Emissora obriga-se a: **(i)** não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e **(ii)** informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
      9. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que **(i)** não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e **(ii)** necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário é restrita.
      10. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.
2. VENCIMENTO ANTECIPADO
   1. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1.1 a 8.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 8.1.1 e 8.1.2 abaixo, e observados, quando expressamente indicados abaixo, os respectivos prazos de cura (cada evento, um “**Evento de Vencimento Antecipado**”).
      1. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 8.2 abaixo (cada evento, um “**Evento de Vencimento Antecipado Automático**”):
         1. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de qualquer obrigação pecuniária (principal e juros) devida aos Debenturistas prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;
         2. questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias e/ou das Garantias pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelos acionistas controladores (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) diretos ou indiretos (“**Controladores**”), pelas Controladas, coligadas (caso haja) da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável;
         3. **(a)** liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, da Maxnorte, da L. Zeppone Indústria e Comércio de Alimentos EIRELI (“**L. Zeppone**”)e/ou qualquer das sociedades controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora, direta ou indiretamente (“**Controladas**”); **(b)** decretação de falência da Emissora, de quaisquer de suas Controladas e/ou da Maxnorte e/ou da L. Zeppone; **(c)** pedido de autofalência formulado pela Emissora, por quaisquer de suas Controladas e/ou pela Maxnorte e/ou pela L. Zeppone; **(d)** pedido de falência da Emissora, de quaisquer de suas Controladas e/ou da Maxnorte e/ou da L. Zeppone, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou **(e)** pedido de recuperação judicial ou extrajudicial Emissora, de quaisquer de suas Controladas e/ou da Maxnorte e/ou da L. Zeppone, independentemente do deferimento ou homologação do respectivo pedido;
         4. declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira a que estejam sujeitos a Emissora, a Maxnorte e/ou a L. Zeppone, conforme aplicável, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pela Maxnorte e/ou pela L. Zeppone, conforme aplicável, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado entre eles, igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“**IPCA**”), ou seu equivalente em outras moedas;
         5. declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira a que estejam sujeitos os Fiadores PF, conforme aplicável, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado entre eles, igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
         6. redução de capital da Emissora e/ou da Maxnorte e da L Zeppone, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável;
         7. transformação de tipo societário da Emissora, de modo que a Emissora deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da regulamentação aplicável;
         8. distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, pela Maxnorte e/ou pela L Zeppone, de mútuos, dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos respectivos acionistas acima de 25% (vinte e cinco por cento) de seu respectivo lucro líquido auferido no exercício social imediatamente anterior;
         9. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias;
         10. aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da prevista na Cláusula 4.1 acima;
         11. invalidade, nulidade, inexequibilidade ou ineficácia desta Escritura de Emissão, declarada em sentença arbitral, decisão judicial ou administrativa ou em decisão interlocutória, exceto se tal decisão tiver sua exigibilidade suspensa no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da decisão que determinou a referida invalidade, nulidade, ineficácia, inexequibilidade ou insuficiência;
         12. caso as Garantias e/ou os Contratos de Garantias venham a se tornar, total ou parcialmente, inválidos, nulos, ineficazes, inexequíveis ou insuficientes, desde que: **(a)** no caso da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Cessão Fiduciária de Sobejo e da Alienação Fiduciária de Imóvel, não tenham sido substituídas pela Emissora, nos termos previstos nos respectivos Contratos de Garantias; ou **(b)** no caso das Fianças, não tenha sido substituída pela Emissora e/ou pelos Fiadores de forma satisfatória aos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, dentro de um prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da decisão que determinou a referida invalidade, nulidade, ineficácia, inexequibilidade ou insuficiência;
         13. provarem-se falsas ou enganosas na data em que foram dadas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;
         14. venda, alienação ou constituição de quaisquer Ônus (conforme definido abaixo), sob qualquer forma, ainda que sob promessa ou condição suspensiva, sobre a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre as Garantias Reais, de forma voluntária pela Emissora e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico. Para fins desta Escritura de Emissão, “**Ônus**” significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima;
         15. alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, de forma a excluir ou substituir as suas atividades principais descritas no estatuto social atualmente vigente da Emissora e/ou agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades principais atualmente desenvolvidas, exceto se aprovado previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, sendo certo que será permitida, a qualquer momento a inclusão no objeto social da Emissora as atividades de gerir, administrar, fazer parcerias e/ou prestar consultoria a sociedades que atuem no setor de comércio atacadista de alimentos independentemente de anuência dos Debenturistas;
         16. cisão, fusão, aquisição de participações societárias em outras sociedades, incorporação (inclusive de ações) ou qualquer forma de reorganização envolvendo a Emissora ou a Maxnorte e/ou a L Zeppone que acarrete perda ou alteração ou transferência do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) (“**Controle**”), direto ou indireto, da Emissora ou da Maxnorte e/ou da L Zeppone, exceto se: **(a)** houver anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral; e **(b)** após referida reorganização societária, o Controle indireto da Emissora e da Maxnorte e da L Zeppone seja exercido exclusivamente por quaisquer dos Fiadores PF ou seus sucessores legais, neste último caso desde que estes também figurem como fiadores das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 6.2 acima; (“**Reorganização Societária Autorizada**”). Para todos os fins desta Escritura de Emissão, fica autorizado a aquisição, investimento, administração, gestão ou qualquer tipo de participação de qualquer dos Fiadores PF em outras sociedades (além da Emissora, conforme aplicável), independentemente do setor de atuação, bem como eventual prestação de garantias pessoais no âmbito de operações pessoais ou envolvendo terceiros;
         17. violação pela Emissora, pelos Fiadores, pela L. Zeppone e/ou suas Controladas, bem como por seus respectivos funcionários, diretores e conselheiros, no exercício de suas funções em favor da Emissora e/ou das Controladas e/ou dos Fiadores e/ou da L. Zeppone, conforme reconhecido em decisão judicial, independente da instância, de qualquer dispositivo de lei ou regulamento aplicável contra a prática de atos de corrupção, lavagem de dinheiro ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção (conforme abaixo definido);
         18. existência de decisão condenatória, referente à prática de atos pela Emissora, a Maxnorte, a L. Zeppone e/ou por quaisquer de suas Controladas que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou incentivo à prostituição; e
         19. se a Emissora, a L. Zeppone, a Maxnorte ou qualquer Controlada destes ou seus administradores e funcionários, enquanto agindo em seu nome e benefício, incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma possa infringir os direitos relacionados à raça e gênero e/ou os silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente, conforme verificado: **(a)** pelo recebimento de denúncia, ação, inquérito ou qualquer outra medida administrativa ou judicial contra a Emissora, a L. Zeppone, a Maxnorte ou qualquer de seus controladores, controladas ou administradores, enquanto agindo em seu nome; ou **(b)** pela inclusão da Emissora, da L. Zeppone, da Maxnorte ou qualquer de seus controladores, controladas ou administradores, enquanto agindo em seu nome, em qualquer espécie de lista oficial emitidas por autoridades governamentais no Brasil ou no exterior em relação a empresas que descumprem regras envolvendo estes temas.
      2. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 8.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado (cada evento, um “**Evento de Vencimento Antecipado Não Automático**”):
         1. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias, não sanado no prazo de 8 (oito) Dias Úteis contados da data do referido inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado;
         2. se quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão nos Contratos de Garantias ou em quaisquer dos documentos da Emissão revelarem-se incorretas, inconsistentes, incompletas e insuficientes na data em que foram dadas;
         3. cancelamento, suspensão, não renovação ou revogação das autorizações concessões, subvenções, alvarás e licenças da Emissora, de qualquer das Controladas e/ou da Maxnorte e da L Zeppone, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes para o exercício de suas atividades, por qualquer motivo, exceto por aquelas que, comprovadamente, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação, conforme for o caso, nos termos da legislação aplicável e desde que não haja proibição para continuidade de suas atividades.
         4. caso não ocorra o registro das Garantias, inclusive os registros decorrentes de posteriores aditamentos, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias;
         5. venda, alienação ou constituição de quaisquer Ônus (conforme definido abaixo), sob qualquer forma, ainda que sob promessa ou condição suspensiva, sobre a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre as Garantias Reais, de forma involuntária por qualquer terceiro, desde que referido Ônus não seja suspenso, cancelado ou garantido no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de sua intimação e/ou constituição, conforme o caso;
         6. existência de decisão judicial, arbitral ou administrativa, em qualquer instância, que cause um Efeito Adverso Relevante;
         7. não cumprimento, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou qualquer de suas Controladas, controladoras e/ou coligadas, bem como seus respectivos administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração, funcionários ou eventuais subcontratados, enquanto agindo em nome e benefício da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou das Controladas, controladoras e/ou coligadas, das leis e normativos que dispõe sobre corrupção, atos lesivos contra a administração pública, nacional ou internacional, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“**Lei n.º 12.846/13**”), o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), o Decreto-Lei n° 2.848/40, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of* 1977 e o *UK Bribery Act*, conforme aplicável (em conjunto “**Leis Anticorrupção**”) e/ou da legislação e regulamentação relativas à saúde e segurança ocupacional, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou qualquer de suas Controladas e/ou coligadas, que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo ou crime relacionado ao incentivo à prostituição, aos direitos relacionados à raça e gênero e direitos dos silvícolas, bem como relativas à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, conforme aplicáveis (em conjunto “**Leis Socioambientais**”);
         8. questionamento judicial sobre a validade, nulidade e exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias por quaisquer pessoas que não aquelas descritas no inciso (ii) da Cláusula 8.1.1 acima;
         9. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente montante igual ou superior a 10% (dez por cento) das ações do capital social da Emissora, da L. Zeppone e/ou da Maxnorte, e/ou ativos e propriedades em montante igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo imobilizado da Emissora, da L. Zeppone e/ou montante igual ou superior a 15% (quinze por cento) da Maxnorte com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora, divulgadas regularmente pela Emissora, ou no balanço patrimonial não auditado da Maxnorte, elaborado regularmente pela Maxnorte;
         10. ocorrência de **(a)** qualquer evento ou situação que afetem, de modo relevante e adverso, a situação financeira, reputacional, nos negócios, nos bens e/ou no resultado operacional ou nas perspectivas da Emissora, da L. Zeppone dos Fiadores e de suas respectivas controladas; ou **(b)** qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora, da L Zeppone e dos Fiadores de cumprir suas respectivas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, ou que impossibilitem a Emissora, os Fiadores e suas respectivas controladas de honrar tempestivamente com suas respectivas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures (“**Efeito Adverso Relevante**”);
         11. **(a)** falecimento dos Fiadores PF, exceto **(I)** pelo falecimento do Nelson e da Leda, e desde que os demais Fiadores componham a integralidade dos herdeiros do Nelson e da Leda, conforme o caso, e que não tenha havido, por qualquer dos Fiadores, renúncia do direito à herança; e **(II)** se no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do evento, sejam substituídos os Fiadores PF, conforme o caso, por outro(s) fiador(es) aprovado(s) pelos Debenturistas, em Assembleia Geral; ou **(b)** declaração de insolvência, incapacidade, ausência, ou interdição dos Fiadores PF, por sentença arbitral, decisão judicial ou administrativa ou decisão interlocutória, exceto se no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do evento, sejam substituídos os Fiadores PF, conforme o caso, por outro(s) fiador(es) aprovado(s) pelos Debenturistas, em Assembleia Geral;
         12. inadimplemento de quaisquer obrigações de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, a Maxnorte e a L Zeppone, conforme aplicável, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pela L. Zeppone e/ou pela Maxnorte, conforme aplicável, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), de forma individual ou agregado entre eles, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, desde que não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
         13. inadimplemento de quaisquer obrigações de natureza financeira a que esteja sujeita os Fiadores PF, conforme aplicável, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de forma individual ou agregado entre eles, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, desde que não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
         14. não atendimento, pela Emissora e pela L. Zeppone, conforme o caso, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual à **(a)** 3,00 vezes nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, sendo certo que, exclusivamente para essa apuração não serão consideradas as informações financeiras auditadas da L. Zeppone; **(b)** 2,50 vezes nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022; **(c)** 2,00 vezes nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023; **(d)** 1,75 vezes nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024; e **(e)** 1,50 vezes nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 (“**Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA**”), a ser calculado pela Emissora e verificado anualmente pelo Agente Fiduciário com base na combinação das demonstrações financeiras auditadas da Emissora e da L. Zeppone, conforme o caso, divulgadas regularmente pela Emissora (ou de seu grupo econômico, na hipótese de uma Reorganização Societária Autorizada), sendo que a primeira verificação pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação à apuração relativa ao exercício social encerrado em 2021 e deverá ser acompanhado até a Data de Vencimento.

onde:

“**Dívida Líquida**” significa dívida financeira menos disponibilidades, sendo que dívida financeira equivale a passivo de curto e longo prazo à título de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, bem como outros instrumentos de dívida via mercado de capitais local e internacional. Disponibilidades equivale a saldo de caixa, mais equivalente de caixa, mais aplicações financeiras, mais títulos e valores mobiliários; e

“**EBITDA**” significa o somatório: do lucro/prejuízo líquido antes de deduzidos **(i)** dos impostos de renda, contribuições e participações minoritárias, **(ii)** das despesas de depreciação, amortização e exaustão, **(iii)** do resultado financeiro líquido; **(iv)** gastos pré operacionais; **(v)** ganhos ou perdas na alienação de bens do ativo imobilizado; **(vi)** gastos com reestruturação societária; **(vii)** gastos com reestruturação operacional; e **(viii)** gastos com consultoria e assessoria.

O Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA será calculado com base na combinação **(a)** das demonstrações financeiras auditadas da Emissora (ou de seu grupo econômico, na hipótese de uma Reorganização Societária Autorizada), auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigor na Data de Emissão; e **(b)** do balanço patrimonial auditado da L. Zeppone, por empresa de auditoria independente registrada na CVM, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigor na Data de Emissão, observado que o Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA será calculado desconsiderando as práticas incluídas pelas normas internacionais de contabilidade (“**IFRS**”). Caso tais práticas sejam alteradas após a Data de Emissão, tal Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA deverá continuar sendo calculado de acordo com as práticas contábeis em vigor na Data de Emissão, desconsiderando as práticas incluídas pelo IFRS 16 e conforme as definições mencionadas neste item. No caso exclusivamente, da apuração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, será utilizado apenas o item (a) para cálculo.

* + - 1. protestos de títulos contra a Emissora, a Maxnorte ou a L. Zeppone, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), de forma individual ou agregado entre eles, salvo se, em quaisquer dos casos **(a)** o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadores **(b)** se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro de até 30 (trinta) dias contados do protesto;
      2. protestos de títulos contra os Fiadores PF, cujo valor unitário ou agregado entre eles seja igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em relação, de forma individual ou agregado entre eles, salvo se, em quaisquer dos casos **(a)** o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pelos Fiadores PF **(b)** se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro de até 30 (trinta) dias contados do protesto;
      3. descumprimento, pela Emissora, pela Maxnorte e/ou pela L. Zeppone de qualquer decisão judicial, administrativa e/ou arbitral, de natureza condenatória e exigibilidade imediata, contra a Emissora, a Maxnorte e/ou a L. Zeppone, em valor, individual ou agregado entre eles, igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados a partir da Data de Emissão pelo IPCA, exceto se: **(a)** for comprovada, em até 10 (dez) Dias Úteis da decisão, a obtenção de efeitos suspensivos da respectiva medida; ou **(b)** no prazo legal, tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;
      4. descumprimento, pelos Fiadores PF de qualquer decisão judicial, administrativa e/ou arbitral, de natureza condenatória e exigibilidade imediata, contra os Fiadores PF, em valor, individual ou agregado entre eles, igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizados a partir da Data de Emissão pelo IPCA, exceto se: **(a)** for comprovada, em até 10 (dez) Dias Úteis da decisão, a obtenção de efeitos suspensivos da respectiva medida; ou **(b)** no prazo legal, tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;
      5. caso ocorra qualquer evento que afete de forma adversa e material as Garantias Reais ou caso ocorra o descumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantias, desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando previsto mecanismo para tanto, e quando solicitado e no prazo determinado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
      6. interrupção das atividades da Emissora por mais de 30 (trinta) dias; e
      7. a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e caso a L Zeppone não tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM a partir do encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
  1. Ocorrendo qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático (observados os respectivos prazos de cura, se houver) previstos na Cláusula 8.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
  2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 01 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.
  3. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático (observados os respectivos prazos de cura, se houver) previstos na Cláusula 8.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, Assembleia Geral, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
  4. Na Assembleia Geral de que trata a Cláusula 8.4 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
  5. Na hipótese **(i)** da não instalação, em primeira e em segunda convocação, das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas ou, ainda que instalada, não for obtido quórum em segunda convocação; ou **(ii)** de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 8.5 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
  6. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar a totalidade das Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data de referido evento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, de forma *pro rata temporis*, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observados os procedimentos estabelecidos nos itens abaixo.
  7. O pagamento de tais Debêntures será realizado observando-se os procedimentos da B3 ou do Escriturador vigentes à época do resgate, independentemente da data de ocorrência do vencimento antecipado.
  8. A B3 deverá ser comunicada, por meio de correspondência do Agente Fiduciário, com cópia ao Agente de Liquidação, Escriturador e à Emissora, da ocorrência do vencimento antecipado, imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.
  9. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: **(i)** quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos das Debêntures (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; **(ii)** Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e **(iii)** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

1. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES
   1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, a:
      * 1. fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social a partir de 31 de dezembro de 2021, ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras da Emissora auditadas por auditor independente conforme rol listado na alínea (xxxiv) (b), abaixo, registrado na CVM (“**Auditor Independente**”), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM (“**Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora**”);
        2. fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social a partir de 31 de dezembro de 2022, ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras da L. Zeppone auditadas por Auditor Independente ou pela Martinelli Auditores (CNPJ nº 79.370.466/0001-39, registrado na CVM sob o nº 4472) ou auditor independente que seja aprovado em Assembleia Geral de Debentures, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM (“**Demonstrações Financeiras Auditadas da L. Zeppone**”, e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora, as “**Demonstrações Financeiras Auditadas**”);
        3. fornecer ao Agente Fiduciário:
           1. mediante solicitação do Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso (i) acima, a memória de cálculo elaborada pela Emissora com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros, de forma explícita, sob pena de impossibilidade de verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
           2. mediante solicitação do Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso (i) acima, declaração firmada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: **(I)** que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias; **(II)** a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias; **(III)** que seus bens foram mantidos devidamente assegurados; **(IV)** que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e **(V)** a veracidade e ausência de vícios dos Índices Financeiros;
           3. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados os avisos ou comunicados encaminhados aos Debenturistas, salvo se outro prazo estiver previsto nesta Escritura de Emissão;
           4. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que os respectivos atos societários forem publicados, cópia de qualquer ata de assembleia geral de acionistas, de reunião do conselho de administração, de reunião da diretoria e de reunião do conselho fiscal da Emissora (neste último caso, se instalado) que deva ser divulgada nos termos da Lei das Sociedades por Ações e que contenha assunto relacionado com a Emissão, com as Debêntures e/ou com os Debenturistas;
           5. no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, informações a respeito da ocorrência: **(I)** de qualquer inadimplemento, pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável; e/ou **(II)** de qualquer Evento de Vencimento Antecipado. O descumprimento desta obrigação pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes e faculdades previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
           6. no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a qualquer evento que cause ou possa causar **(I)** inadimplemento, pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável; e/ou **(II)** um Evento de Vencimento Antecipado;
           7. no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);
           8. sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, enviar o laudo de avaliação atualizado do Imóvel, elaborado por qualquer das empresas avaliadoras indicadas no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
           9. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
           10. mediante solicitação do Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM, o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução da CVM 17, de 09 de fevereiro de 2021, conforme em vigor (“**Instrução Resolução CVM 17**”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
           11. 1 (uma) via original do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, e seus eventuais aditamentos, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro;
           12. 1 (uma) via original do Contrato Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e seus eventuais aditamentos, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro; e
           13. 1 (uma) via original do Contrato Cessão Fiduciária de Sobejo, e seus eventuais aditamentos, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro.
        4. cumprir e fazer com que suas Controladas e/ou coligadas, Controladores, administradores, acionistas com poderes de administração e empregados no exercício de suas funções cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Legislação Anticorrupção, bem como: **(a)** criar e manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Emissora, principalmente no âmbito desta Emissão, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; **(c)** abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e **(e)** realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio de transferência bancária;
        5. cumprir e fazer com que as suas Controladas cumpram as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa;
        6. cumprir e fazer com que as suas Controladas cumpram as Leis Socioambientais, além de proceder a todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas;
        7. manter, assim como suas Controladas, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa e/ou cujo descumprimento comprovadamente não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        8. obter e, se for o caso, manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, sempre válidas, regulares e em vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que, comprovadamente, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        9. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas de mercado;
        10. manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente;
        11. manter sempre válidas, regulares e em vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
        12. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação, Banco Depositário, auditor independente, e o ambiente de negociação das Debêntures no mercado secundário da B3 (CETIP21);
        13. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
        14. realizar: **(a)** o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 10.3 abaixo, do Escriturador, do Agente de Liquidação e do Banco Depositário; e **(b)** desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 10.7 abaixo;
        15. convocar, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, Assembleia Geral para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
        16. no prazo indicado na solicitação ou, na sua ausência, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, fornecer todas as informações solicitadas pela B3, pelo Agente Fiduciário, pelo Escriturador e/ou pelo Agente de Liquidação;
        17. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, exceto pelo disposto na Cláusula 8.1.1. (xv) acima;
        18. não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão ou com os Contratos de Garantias;
        19. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, à Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 476 e, conforme aplicável, o artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor;
        20. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados pela Emissora, suas Controladas e/ou coligadas em: **(a)** qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem que possa ser considerada indevida na forma da Lei 12.846 a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas para uso ou benefício dos anteriores; **(b)** pagamentos que possam ser considerados propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou outros atos de corrupção na forma das Legislação Anticorrupção em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e **(c)** qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei 12.846;
        21. proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e dos regulamentos emitidos pela CVM, conforme aplicáveis;
        22. cumprir com todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
        23. arcar com todos os custos **(a)** decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3; **(b)** de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora; (**c**) registro da Oferta na ANBIMA; e **(d)** de contratação dos Coordenadores, dos assessores legais da Emissão, do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação e dos demais prestadores de serviços que se façam necessários do âmbito da Emissão e da Oferta;
        24. manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
        25. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme aplicável, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, comprometendo-se a notificar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas ou a serem fornecidas, que possam causar um Efeito Adverso Relevante, conforme o caso, pela Emissora tornem-se falsas, enganosas, incompletas e/ou incorretas em relação às datas em que foram prestadas;
        26. na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, deverão informar tal acontecimento, imediatamente, ao Agente Fiduciário;
        27. caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantias, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal, sem prejuízo de ser configurado um Evento de Vencimento Antecipado;
        28. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais, sempre que solicitada ou sempre que convocar qualquer Assembleia Geral, conforme o caso;
        29. indenizar e/ou reembolsar os Debenturistas, conforme o caso, caso lhe sejam imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, incluindo perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora;
        30. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de realização da comunicação de encerramento à CVM, toda a documentação relativa à Oferta e à Emissão;
        31. prestar, no âmbito da Oferta e da Emissão, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
        32. cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com a devida observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
        33. não ceder (ou prometer ceder) ou de qualquer forma transferir (ou prometer transferir) a terceiros, no todo ou em parte, qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme o caso;
        34. cumprir integralmente com todas as suas obrigações nos Contratos de Garantia e no Contrato de Depositário;
        35. manter atualizados e em ordem os livros e registros societários da Emissora;
        36. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
            1. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
            2. submeter suas demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria, por auditor independente registrado na CVM, sendo certo que a auditoria das demonstrações financeiras deverá ser realizada, obrigatoriamente, por uma das seguintes empresas: **(a)** Ernest & Young; **(b)** PricewaterhouseCoopers (PwC); **(c)** KPMG; e **(d)** Delloite;
            3. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, até o dia anterior ao início das negociações, as suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
            4. divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
            5. manter os documentos mencionados na alínea (c), (d) e (g) deste inciso (xxxvi) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;
            6. observar as disposições da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme em vigor (“**Resolução CVM 44**”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
            7. divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e à B3;
            8. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela ANBIMA e pela B3;
            9. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto no item (e) acima; e
            10. observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas.
   2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, os Fiadores, conforme aplicável, obrigam-se a:
      * 1. cumprir e fazer com que suas Controladas e/ou coligadas, Controladores, administradores, acionistas com poderes de administração e empregados no exercício de suas funções cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Legislação Anticorrupção, bem como: **(a)** criar e manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com os Fiadores, principalmente no âmbito desta Emissão, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; **(c)** abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e **(e)** realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio de transferência bancária;
        2. cumprir e fazer com que as suas Controladas cumpram as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa;
        3. cumprir e fazer com que as suas Controladas cumpram as Leis Socioambientais, além de proceder a todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas**;**
        4. manter, assim como suas Controladas, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa e/ou cujo descumprimento comprovadamente não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        5. obter e, se for o caso, manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, sempre válidas, regulares e em vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que, comprovadamente, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        6. manter sempre válidas, regulares e em vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
        7. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
        8. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal) e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa e/ou cujo descumprimento comprovadamente não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        9. no prazo indicado na solicitação ou, sem sua ausência, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, fornecer todas as informações solicitadas pela B3, pelo Agente Fiduciário, pelo Escriturador e/ou pelo Agente de Liquidação;
        10. cumprir com todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
        11. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência desta Escritura de Emissão, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Fiança, comprometendo-se a notificar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, caso qualquer das declarações aqui e ali previstas e/ou as informações fornecidas ou a serem fornecidas, que possam causar um Efeito Adverso Relevante, conforme o caso, pelos Fiadores tornem-se falsas, enganosas, incompletas e/ou incorretas em relação às datas em que foram prestadas;
        12. na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias, serem questionados judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade dos Fiadores em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias, deverão informar tal acontecimento, imediatamente, ao Agente Fiduciário, conforme aplicável;
        13. caso os Fiadores sejam citados no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, os Fiadores obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal, conforme aplicável;
        14. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais, sempre que solicitada;
        15. indenizar e/ou reembolsar os Debenturistas, conforme o caso, caso lhe sejam imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, incluindo perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório, em razão de atos, omissões e fatos imputados aos Fiadores; e
        16. não ceder (ou prometer ceder) ou de qualquer forma transferir (ou prometer transferir) a terceiros, no todo ou em parte, qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.
2. AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. **Nomeação**
      1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, observado o disposto na Resolução CVM 17.
   2. **Declarações**
      1. O Agente Fiduciário declara que, neste ato, sob as penas da lei:
         1. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
         2. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
         3. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
         4. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
         5. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas: **(a)** não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; **(b)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; **(c)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e **(d)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
         6. não ter qualquer impedimento legal, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 5º da Resolução CVM 17 para exercer a função que lhe é conferida;
         7. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
         8. conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, os Contratos de Garantias, bem como todas as suas respectivas Cláusulas e condições;
         9. não tem nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
         10. está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, bem como de toda a regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e de entidades autorreguladoras;
         11. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantias e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
         12. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 5º da Resolução CVM 17;
         13. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
         14. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias constituem uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
         15. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
         16. não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, nem tem conhecimento da existência de qualquer inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante ou qualquer outro impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias;
         17. assegura e assegurará tratamento equitativo a todos os titulares de valores mobiliários, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série descritas no inciso (xviii) abaixo; e
         18. na data de celebração da presente Escritura de Emissão e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do artigo 6º da Resolução CVM 17, que não exerce função de Agente Fiduciário em outras emissões de valores mobiliários da Emissora.
      2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 10.4 abaixo.
   3. **Remuneração do Agente Fiduciário**
      1. A título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R$15.000,00 (quinze mil reais) sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas anuais serão devidas no dia 15 (quinze) do mesmo mês da emissão da primeira fatura nos anos subsequentes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento (“**Remuneração do Agente Fiduciário**”).
      2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, após o início da Oferta, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das Garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "**relatório de horas**" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
      3. No caso de celebração de aditamentos aos instrumentos relacionados à Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações e/ou serviços.
      4. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário / Agente de Notas / Agente de Letras, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.
      5. Os honorários e demais remunerações devidos ao Agente Fiduciário serão atualizados anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo – IPC-A divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada pro rata die se necessário.
      6. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.
      7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.
      8. Os honorários e demais remunerações do Agente Fiduciário não incluem despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, os quais serão cobertos pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos investidores.
      9. Os honorários e demais remunerações, se houver, serão devidos mesmo após o vencimento final dos títulos emitidos, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pelas garantidoras, conforme o caso.
      10. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Investidores que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre os títulos emitidos na ordem de pagamento.
   4. **Substituição**
      1. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário desta Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo Agente Fiduciário desta Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
      2. Na hipótese de a convocação referida na Cláusula 10.4.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la no Dia Útil imediatamente posterior ao 15º (décimo quinto) dia antes do término do prazo antes referido, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.
      3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes ao previsto nesta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral, solicitando sua substituição.
      4. É facultado aos Debenturistas, após a Data de Emissão, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.
      5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Resolução CVM 17, e eventuais normas posteriores.
      6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário desta Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
      7. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá observar as formalidades previstas na Cláusula 2.3 acima.
      8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável.
      9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
   5. **Deveres**
      1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, em especial a Resolução CVM 17, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
         1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares dos valores mobiliários;
         2. representar os interesses dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias;
         3. celebrar eventuais aditamentos ao Contratos de Garantias, nos termos e nas hipóteses previstas nos Contratos de Garantias;
         4. tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, realizem seus créditos, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias.
         5. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
         6. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
         7. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
         8. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
         9. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
         10. diligenciar junto à Emissora, para que esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantias, bem como seus respectivos aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas previstas em lei, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
         11. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas no relatório anual previsto no inciso (xix) abaixo, acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
         12. examinar proposta de substituição das Garantias, conforme o caso, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
         13. opinar sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
         14. verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor das Garantias, conforme aplicável, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;
         15. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
         16. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujo custo deverá ser arcado pela Emissora nos termos previstos nesta Escritura de Emissão;
         17. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos jornais previsto na Cláusula 5.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;
         18. comparecer à Assembleia Geral a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
         19. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
             1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
             2. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
             3. comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora relacionados às cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
             4. quantidade de Debêntures emitidas, em circulação e saldo cancelado do período;
             5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
             6. constituição e aplicações em fundo de amortização ou outros tipos de fundos, quando houver;
             7. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
             8. relação dos bens e valores eventualmente entregues a sua administração, quando houver;
             9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
             10. manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias;
             11. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 6º, §2º, e no item XI do Artigo 15 da Resolução CVM 17; e
             12. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar no exercício de suas funções.
         20. divulgar em sua página na rede mundial de computadores www.oliveiratrust.com.br o relatório de que trata o item (xix) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como enviar à Emissora, para divulgação na forma prevista em regulamentação específica;
         21. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive a divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
         22. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
         23. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
         24. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário;
         25. acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
         26. acompanhar, em cada data de pagamento, através de confirmação junto à Emissora, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
         27. disponibilizar o preço unitário (assim entendido como o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração), aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website (www.oliveiratrust.com.br).
      2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
      3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão.
   6. **Atribuições Específicas**
      1. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Resolução CVM 17 e observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.
   7. **Despesas**
      1. A Emissora reconhece que os Debenturistas não têm qualquer obrigação com relação aos pagamentos dos valores de honorários, despesas incorridas, tributos incidentes, indenizações e/ou qualquer outra obrigação assumida pela Emissora perante o Agente Fiduciário em decorrência das suas atribuições previstas nesta Escritura de Emissão, nos termos aqui previstos. Entretanto, no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas em decorrência das suas atribuições previstas nesta Escritura de Emissão deverão ser previamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, e aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas em decorrência das suas atribuições previstas nesta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente previamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, e aprovadas e suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
3. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
   1. **Assembleia Geral** 
      1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“**Assembleia Geral**”).
      2. As Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
      3. Ademais, o Agente Fiduciário se compromete a convocar a Assembleia Geral no caso da ocorrência de quaisquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão.
   2. **Forma de Instalação e Convocação**
      1. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias, contados da primeira nova publicação do edital de segunda convocação.
      2. A Assembleia Geral de Debenturista será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Em segunda convocação, a Assembleia Geral de Debenturista será instalada com qualquer número de Debenturistas
   3. **Regularidade da Assembleia Geral**
      1. Independentemente das formalidades previstas na legislação e na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecem todos os Debenturistas, sem prejuízo das disposições relacionadas com os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
   4. **Presidência da Assembleia Geral**
      1. A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes, conforme o caso, ou seu representante, no caso de haver somente pessoas jurídicas.
   5. **Participação de Terceiros na Assembleia Geral**
      1. O Agente Fiduciário, a Emissora e/ou os Debenturistas poderão convocar representantes da Emissora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
   6. **Direito de Voto**
      1. Cada Debênture em Circulação corresponderá a um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.
   7. **Deliberações da Assembleia Geral**
      1. Exceto se diversamente previsto nesta Escritura de Emissão, as deliberações de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral que representem no mínimo, 85% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em qualquer convocação, observados os quóruns de instalação estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão consideradas existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como obrigarão a Emissora e a todos os Debenturistas.
      2. As deliberações relativas às alterações: **(i)** das datas de pagamento das Debêntures e da Remuneração; **(ii)** da Data de Vencimento; **(iii)** dos Eventos de Vencimento Antecipado; **(iv)** dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; **(v)** da espécie das Debêntures; **(vi)** da criação de eventos de repactuação; **(vii)** das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado e da Amortização Extraordinária Facultativa, se houver; e **(viii)** das Garantias, **(ix)** das disposições desta Cláusula, dependerão de aprovação por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em qualquer convocação.
      3. Exceto os quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral, inclusive com relação à renúncia prévia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures (*waiver*) dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
      4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais.
   8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
   9. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas “**Debêntures em Circulação**” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que sejam de propriedade dos Controladores da Emissora ou de qualquer de suas Controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges, e parentes até segundo grau. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
   10. Aplica-se às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas e sobre a assembleia geral de debenturistas.
   11. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser realizadas de forma exclusivamente ou parcialmente digital, observadas as disposições da Instrução da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada.
   12. O Debenturista, por meio da subscrição ou aquisição das Debêntures, desde já expressa sua concordância com as deliberações de Debenturistas tomadas de acordo com as disposições previstas nesta Cláusula.
4. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES
   1. Sem prejuízo das demais declarações prestadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, a Emissora declara e garante, nesta data, ao Agente Fiduciário que:
      * 1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, em processo de obtenção registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
        2. possui plena capacidade e legitimidade e está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme o caso, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta e à constituição da Garantia Real, conforme o caso, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
        3. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, conforme aplicável, têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
        4. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
        5. exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 2 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta e à constituição das Garantias, conforme o caso, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
        6. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, a realização da Emissão e da Oferta e a constituição das Garantias, conforme o caso: **(a)** não infringem o estatuto social da Emissora; **(b)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Emissora, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; **(c)** não resultarão em: **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Emissora, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; ou **(ii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(d)** não resultarão na criação de qualquer “**Ônus**” (assim entendido como: hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, pela Cessão Fiduciária de Sobejo e pela Alienação Fiduciária de Imóvel; **(e)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; **(f)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus ativos; e **(g)** não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza que já não tenha sido obtida pela Emissora, conforme o caso;
        7. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme o caso;
        8. está apta a cumprir as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme o caso, e agirá em relação às mesmas de boa-fé e com lealdade;
        9. as discussões sobre o objeto contratual desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
        10. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso I, do Código de Processo Civil;
        11. tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
        12. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
        13. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
        14. preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas Controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos;
        15. mantém em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a Emissora à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
        16. as Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, e balanços patrimoniais não auditados de 2019 e 2018 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora, naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, sendo certo que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora;
        17. cumpre e faz com que as suas Controladas e afiliadas cumpram, bem como diretores, administradores, funcionários e membros do conselho, que atuem a mando ou em favor da Companhia, cumpram com o disposto nas Leis Socioambientais em vigor, incluindo o disposto na Política Nacional do Meio Ambiente, inclusive às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas; (b) adota as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos socioambientais eventualmente apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; bem como (c) cumpre as determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, sendo certo que a utilização dos recursos líquidos oriundos da Emissão não resultará na violação de Leis Socioambientais. A Companhia isenta, de forma ampla e irrestrita, os Debenturistas de quaisquer responsabilidades por qualquer dano ambiental e/ou descumprimento da legislação ambiental, resultante da aplicação dos recursos financeiros obtidos por meio da Emissão;
        18. está, assim como suas Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa
        19. está, assim como suas Controladas, regular com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa e/ou cujo descumprimento comprovadamente não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        20. possui, assim como suas Controladas, válidas, regulares e em vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que, comprovadamente, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        21. não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
        22. não está incorrendo em qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado que lhe sejam aplicáveis;
        23. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
        24. conhece os termos e condições da Instrução CVM 476, inclusive aquelas dispostas no artigo 17 aplicáveis à Emissora;
        25. inexiste, inclusive em relação às Controladas, : **(a)** descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou **(b)** qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso: **(i)** que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou **(ii)** visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias;
        26. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
        27. observa a legislação em vigor, em especial as Leis Socioambientais, para que: **(a)** não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; **(b)** os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; **(c)** cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; **(d)** cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; **(e)** detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e **(f)** tenha todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
        28. não está se utilizando desta Escritura de Emissão e das Debêntures para ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, nos termos da Lei 9.613; e
        29. cumpre e faz cumprir, bem como suas Controladas, Controladoras e/ou Coligadas, acionistas Controladores, administradores, empregados e contratados, agindo em nome e em benefício da Emissora, dos Fiadores, das controladas, das coligadas ou controladores da Emissora e no exercício de suas funções, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Legislação Anticorrupção, na medida em que: **(a)** mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** envida seus melhores esforços para dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Emissora; e **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não.
        30. não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira, jurídica ou reputacional da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
        31. A Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, incompletude, inconsistência, omissão e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 12.1 acima
   2. Sem prejuízo das demais declarações prestadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, os Fiadores, individualmente e conforme aplicável, declaram e garantem, nesta data, ao Agente Fiduciário que:
      * 1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
        2. possui plena capacidade e legitimidade e está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à constituição da Fiança tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
        3. possuem plena capacidade e legitimidade e estão devidamente autorizados à celebração desta Escritura de Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à constituição das Fianças;
        4. os representantes legais dos Fiadores que assinam esta Escritura de Emissão, têm poderes delegados para assumir, em nome dos Fiadores as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
        5. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes dos Fiadores, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
        6. exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 2 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e, conforme o caso, à constituição das Fianças e/ou Garantias, observado o disposto nesta Escritura de Emissão;
        7. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a constituição da Fiança: **(a)** não infringem o contrato social da Maxnorte; **(b)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Maxnorte seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Maxnorte, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; **(c)** não resultarão em: **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Maxnorte seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Maxnorte, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; ou **(ii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(d)** não resultarão na criação de qualquer ônus (assim entendido como: hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) sobre qualquer ativo da Maxnorte; **(e)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Maxnorte e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; **(f)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Maxnorte e/ou qualquer de seus ativos; e **(g)** não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza que já não tenha sido obtida pela Maxnorte, conforme o caso;
        8. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a constituição da Fiança: **(a)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual os Fiadores PF sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus bens estejam sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores dos Fiadores PF; **(c)** não resultarão em: **(i)**vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual os Fiadores PF sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus bens estejam sujeitos, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores dos Fiadores PF; ou **(ii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(d)** não resultarão na criação de qualquer ônus (assim entendido como: hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) sobre qualquer bem dos Fiadores PF; **(e)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que os Fiadores PF e/ou qualquer de seus bens estejam sujeitos; **(f)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores PF e/ou qualquer de seus bens; e **(g)** não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza que já não tenha sido obtida pelos Fiadores PF;
        9. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
        10. estão aptos a cumprir as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e agirão em relação às mesmas de boa-fé e com lealdade;
        11. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso I, do Código de Processo Civil;
        12. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
        13. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
        14. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
        15. prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos ou propriedades, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos;
        16. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis, em especial, mas não se limitando à legislação e regulamentação previdenciária, ambiental e trabalhista, aplicáveis, exceto por aqueles questionados nas esferas administrativa e/ou judicial e cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa;
        17. cumpre, assim como e/ou qualquer de suas Controladas, Controladoras e/ou Coligadas, bem como seus respectivos administradores, acionistas com poderes de administração, funcionários ou eventuais subcontratados no âmbito desta Emissão, as Leis Socioambientais;
        18. estão regulares com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), exceto por aquelas questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa e/ou cujo descumprimento comprovadamente não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
        19. não omitiram qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras, bem como jurídicas em prejuízo dos Debenturistas;
        20. não estão incorrendo em qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado que lhes sejam aplicáveis;
        21. conhecem os termos e condições da Instrução CVM 476;
        22. não há qualquer ligação entre os Fiadores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
        23. em relação ao Nelson, é casado pelo regime de comunhão de bens, sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
        24. em relação à Leda, é casada pelo regime de comunhão de bens, sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
        25. em relação ao João, é casado pelo regime de comunhão parcial de bens, não sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
        26. em relação à Maria, é casada pelo regime de comunhão parcial de bens, não sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
        27. em relação ao Matheus, é casado pelo regime de comunhão parcial de bens, não sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
        28. não estão se utilizando desta Escritura de Emissão e das Debêntures para ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, nos termos da Lei 9.613;
        29. em relação aos Fiadores PF, cumprem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Legislação Anticorrupção, na medida em que: **(a)** envidam seus melhores esforços para dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com os Fiadores, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Emissão; e **(b)** abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;
        30. em relação à Maxnorte, observa a legislação em vigor, em especial as Leis Socioambientais, para que: **(a)** não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; **(b)** os trabalhadores da Maxnorte estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; **(c)** cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; **(d)** cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança pública; **(e)** detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e **(f)** tenha todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável; e
        31. em relação à Maxnorte, cumpre e faz cumprir, bem como qualquer de suas Controladas, Controladoras e/ou Coligadas, bem como seus respectivos administradores, acionistas com poderes de administração, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Legislação Anticorrupção, na medida em que: **(a)** mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** envida seus melhores esforços para dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Maxnorte; e **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não.
   3. A Emissora e os Fiadores, em caráter irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas estas últimas razoáveis (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência e/ou incorreção das declarações prestadas nos termos da Cláusula 12.1 acima e 12.2 acima.
5. COMUNICAÇÕES
   1. Todas as comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser sempre realizadas por escrito e ser encaminhadas para os seguintes endereços:
      * 1. Para a Emissora:

N ZEPPONE S.A.   
Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá - Paraná  
At.: João Guilherme Zeppone  
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

* + - 1. Para os Fiadores:

**NELSON ZEPPONE**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá - Paraná   
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

**LEDA SILVIA BULLA ZEPPONE**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá – Paraná  
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

**JOÃO GUILHERME ZEPPONE**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá - Paraná   
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

**MARIA ANGELICA ZEPPONE SANTOS**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá – Paraná  
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

**MATHEUS HENRIQUE ZEPPONE**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá – Paraná  
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

**MAXNORTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**

Avenida Industrial, nº 269, Bairro Parque Industrial   
CEP 87.225-000 – Japurá - Paraná   
Tel.: +55 (44) 3635-1157   
E-mail: joao@polpanorte.com.br

* + - 1. Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 3.434, Bloco 7, Sala 201

22.640-102 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: +55 (21) 3514-0000

At.: Sr. Antônio Amaro / Sra. Maria Carolina Abrantes

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

* + - 1. Para o Agente de Liquidação/ Escriturador

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, n.º 3.434, Bloco 7, Sala 201

22.640-102 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: +55 (21) 3514-0000

At.: Raphael Morgado/João Bezerra

E-mail: sqescrituacao@oliveiratrust.com.br

* 1. As comunicações, avisos ou notificações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas por qualquer empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama, ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações eletrônicas ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.
  2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela parte que tiver seu endereço alterado.
  3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. **Renúncia**
      1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
   2. **Veracidade da Documentação**
      1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
      2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido ou venha a ser encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido.
   3. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão**
      1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
   4. **Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**
      1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
      2. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
   5. **Modificações** 
      1. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes, o qual deverá observar as formalidades previstas na Cláusula 2.3 acima.
      2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral para deliberar sobre: **(i)** a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; **(ii)** alterações da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias já expressamente permitidas nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias; **(iii)** alterações da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, pela ANBIMA, pelos Cartórios de RTD ou pelos Cartórios de RGI; ou **(iv)** em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
   6. **Assinatura Eletrônica**
      1. Para fins do artigo 10, parágrafo 1º, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário reconhecem a concordam expressamente com a assinatura eletrônica desta Escritura de Emissão, bem como quaisquer aditivos, por meio de qualquer plataforma de assinaturas eletrônicas, sendo certo que, em quaisquer hipóteses, deverão ser emitidas com certificado digital pela ICP-Brasil, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das respectivas Partes em celebrar esta Escritura de Emissão, bem como quaisquer aditivos.
   7. **Lei Aplicável e Foro**
      1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
      2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores digitalmente, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Japurá, 28 de outubro de 2021.

*(Restante da página foi intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de Assinaturas 1/5 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.”)*

N. ZEPPONE S.A.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*(Página de Assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.)*

**MAXNORTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*(Página de Assinaturas 3/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.)*

|  |  |
| --- | --- |
| **NELSON ZEPPONE** | **LEDA SILVIA BULLA ZEPPONE** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **JOÃO GUILHERME ZEPPONE** | **CAROLINA RODRIGUES ZEPPONE** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **MARIA ANGELICA ZEPPONE SANTOS** | **DEIVIDY FERNANDO CORREA SANTOS** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **MATHEUS HENRIQUE ZEPPONE** | **ANA CLAUDIA GREATTI ZEPPONE** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

*(Página de Assinaturas 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*(Página de Assinaturas 5/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da N. Zeppone S.A.)*

#### Testemunhas

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF/ME:  R.G.: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF/ME:  R.G.: |